

# INDÚSTRIA BRASILEIRA

**INVESTIMENTOS**

Empresas anunciam mais de R\$ 500 bi no programa da NIB

**CONGRESSO**

Regulamentação da reforma tributária pode ser votada ainda neste ano

**SESI**

Parceria internacional vai ampliar cuidados com trabalhadores da indústria



## B20 DEFENDE POLÍTICAS INDUSTRIAIS SUSTENTÁVEIS

Sob a liderança da Confederação Nacional da Indústria (CNI), representantes do setor privado anteciparam suas recomendações ao G20, que tem reunião de encerramento no Brasil em novembro





# BRASIL 2024

CRESCIMENTO INCLUSIVO PARA  
UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Fique por dentro  
e descubra como o **B20**  
está moldando o amanhã.



[b20brasil.org](https://b20brasil.org)

# CARTA ÀS LEITORAS E AOS LEITORES

É com grande entusiasmo que apresento a nova edição da Revista da Indústria, dedicada ao B20 Brasil — o fórum do setor empresarial do G20, que representa uma grande oportunidade para discutir e moldar o futuro econômico global. Fiquei muito honrado ao receber o convite para assinar a carta editorial desta edição, que não apenas destaca os principais temas e debates do B20, mas também explora o importante papel que o Brasil desempenha nesse cenário global.

O governo brasileiro assumiu, em dezembro de 2023, a presidência rotativa do G20 e, simultaneamente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) passou a liderar o Business 20 (B20). Ao longo deste ano, isso deu maior visibilidade para a indústria brasileira, que teve, por meio de suas lideranças, um papel estratégico na formulação e apresentação de recomendações de políticas e prioridades para o desenvolvimento socioeconômico ao G20.

O B20 é uma privilegiada plataforma de diálogo entre os principais líderes empresariais globais, fundamental para abordar os desafios à nossa frente e formular recomendações e políticas que nos permitam seguir adiante da melhor forma possível. Em um momento em que o mundo enfrenta questões interconectadas como a transição energética, a transformação digital e as desigualdades sociais, o B20 oferece um espaço para que o setor empresarial proponha soluções inovadoras, práticas e escaláveis, que possam orientar as políticas globais. O B20 é uma plataforma para a construção de um futuro global mais sólido

e inclusivo, e cada um de nós tem um papel a desempenhar nesse processo.

O Brasil, como anfitrião desta edição do B20, está na vanguarda desse diálogo. Nossa participação ativa e nosso comprometimento com a agenda global não apenas ressaltam nossa capacidade de liderança, mas também reforçam nossa importância como um país fundamental na economia global e no enfrentamento dos grandes temas contemporâneos. Nesta edição, a Revista da Indústria Brasileira examina a fundo as discussões que estão ocorrendo durante o B20, além de oferecer visões valiosas sobre as recomendações e políticas propostas, analisando o seu impacto potencial para o Brasil e para o mundo.

Os temas abordados no B20 Brasil são de extrema relevância, não apenas para o mundo empresarial, mas para toda a sociedade. A cooperação internacional e a criação de um ambiente de negócios mais inclusivo e sustentável são essenciais para garantir um futuro próspero e mais igualitário. Nesta edição, você encontrará matérias que exploram como as propostas discutidas entre o B20 e o G20 podem ser implementadas e que impacto podem ter na criação de um ambiente econômico mais robusto e sustentável.

Aproveite a oportunidade para convidá-lo(a) a mergulhar nas páginas a seguir e a se engajar nas discussões e visões apresentadas. Uma boa leitura a todos.



**DAN  
IOSCHPE**

Chair do B20 Brasil



# SUMÁRIO



**6 ARTIGO DO PRESIDENTE**

**8 REPORTAGEM DE CAPA**  
B20, formado por empresários dos países-membros do G20, entrega conjunto de propostas ao governo brasileiro

**14 MAURICIO LYRIO**  
Diplomata e sherpa do G20 fala sobre a contribuição da indústria para os trabalhos do fórum

**16 FORÇA-TAREFA**  
Conheça o resultado das discussões dos oito grupos de trabalho do B20



## 20 SUSTENTABILIDADE

Brasil desponta como liderança global em projetos relacionados à produção de hidrogênio verde

## 24 INFOGRAFIA

Veja o avanço do Brasil em cada tema que compõe a agenda da COP29

## 26 INDÚSTRIA EM AÇÃO

Sistema Indústria está de cara nova

## 28 AGENDA LEGISLATIVA

Projetos de regulamentação da reforma tributária devem ser aprovados até o fim do ano no Congresso

## 32 DUAS PERGUNTAS PARA...

Ricardo Pelegrini, CEO e cofundador da Quantum4, que fala sobre o uso de inteligência artificial na indústria

## 34 OTIMISMO

Investimentos do programa Nova Indústria Brasil mostram entusiasmo do setor produtivo



## 38 INFRAESTRUTURA



Privatização da Sabesp representa avanço rumo à universalização do saneamento básico no Brasil

## 42 SAÚDE NA INDÚSTRIA

SESI assume compromisso de tratar a saúde do trabalhador para além de questões ocupacionais

## 46 CARREIRA

Nova plataforma do IEL conecta estudantes, instituições de ensino e empresas de todo o Brasil

# ARTIGO DO PRESIDENTE



**RICARDO ALBAN**

*Empresário e presidente  
da Confederação Nacional  
da Indústria (CNI)*



# COMPROMISSO COM O CRESCIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

Ter assumido a liderança do Business 20 (B20) neste ano, concomitantemente à Presidência do Brasil no G20 – o grupo que reúne as maiores economias do mundo – refletiu os valores da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Nessa posição, reiteramos o nosso compromisso com o diálogo entre iniciativa privada e governos, o desenvolvimento sustentável, a inovação tecnológica e a redução de barreiras para o crescimento econômico ético e inclusivo, reforçando o papel do país como um influenciador de políticas globais.

Ao longo dos anos, o G20 tem sido um foro decisivo na coordenação de políticas entre países que, juntos, representam cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e 80% do comércio global. A liderança do G20 e do B20 evidenciou a maturidade econômica, política e institucional do Brasil.

No contexto do B20, a atuação da CNI nos deu a oportunidade de potencializar a voz da indústria brasileira, propondo políticas públicas e práticas empresariais que fomentem um crescimento econômico mais vigoroso, com ganhos sociais e alinhado a altos padrões de sustentabilidade. Com muita satisfação, reconheço e agradeço o excelente trabalho feito pelo *chair* do B20, o empresário Dan Ioschpe, pelos *chairs* das forças-tarefas e por todos os que vêm participando dessa competente e determinada equipe.

Nos fóruns do B20, estimulamos o debate sobre um crescimento inclusivo que combata a fome, a pobreza e as desigualdades; uma transição justa para uma economia com emissões líquidas de gases de efeito estufa zeradas; o reforço à resiliência das cadeias globais de valor; a valorização do capital humano; e a promoção da inovação como alavanca da produtividade. Entre outros assuntos, tratamos do uso responsável da inteligência artificial e da modernização da máquina pública a

partir da experiência do setor privado, com ideias sobre a implementação de governos digitais eficazes, ágeis e resolutivos.

Reunimos líderes empresariais das maiores economias do mundo para formular recomendações aos governos nas áreas de comércio e investimento; emprego e educação; transição energética e clima; integridade e compliance; transformação digital; gênero, inclusão e diversidade em negócios; finanças e infraestrutura, além de sistemas alimentares sustentáveis e agricultura. Cada força-tarefa do B20 desenhou um futuro em que os negócios prosperem no mesmo ritmo em que as sociedades se beneficiem.

Em paralelo à condução do B20, os dados apontam que a produção industrial brasileira mantém uma trajetória de recuperação. A inserção do Brasil no G20 reflete-se nos números, com o país captando uma fatia significativa dos investimentos diretos e do comércio entre os membros do grupo. Essa dinâmica confirma que estamos no caminho certo e fortalece a importância de aproveitar os debates ocorridos para manter a tendência positiva.

Estamos convictos de que a condução do B20 Brasil materializará heranças significativas. Perpetuaremos os progressos do grupo estabelecendo um sistema robusto de influência e governança que pretendemos endossar para a África do Sul, nossa sucessora na coordenação do fórum. Estamos criando ferramentas capazes de acompanhar indicadores que evidenciem o avanço em direção às metas dispostas nas recomendações entregues à Presidência do G20 e confiadas pessoalmente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Deixaremos uma contribuição para a sociedade em um espectro mais amplo, com propostas substanciais e pragmáticas para o desenvolvimento. Também estamos delineando claramente pautas consideradas primordiais, com a definição dos agentes capazes de fomentar as medidas que pavimentarão o caminho para a prosperidade, de modo que o país aproveite os resultados do B20 também para o crescimento interno sustentável.

Como anfitrião do G20 e do B20, o Brasil uniu líderes governamentais e empresariais em torno de metas comuns da mais alta importância para o futuro da humanidade. Com o B20 sob a coordenação da CNI, não medimos esforços para que este seja um período de avanços significativos, gerando impactos positivos duradouros para as nossas indústrias, o Brasil e o mundo.



# MAIS DE MIL VOZES, UM SÓ DISCURSO

*Sob liderança da CNI, empresários dos países-membros do G20 entregam conjunto de propostas ao governo brasileiro*

Depois de meses de discussões, o *Business 20* (B20) Brasil entregou ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no final de agosto, um documento com 24 recomendações de políticas públicas a serem analisadas pelos países que integram o G20, fórum internacional que conta com as 19 maiores economias do mundo, além da União Europeia e da União Africana. O B20 reúne cerca de 1.200 representantes empresariais com o propósito de conectá-los aos governos do G20.

O objetivo da entrega, já em agosto, é garantir mais tempo para análise das recomendações listadas pelo setor privado antes da reunião final do G20, marcada para novembro. Coube à Confederação Nacional da Indústria (CNI) coordenar os trabalhos do B20.

Com participação de representantes de 42 países, os trabalhos do grupo foram divididos nas forças-tarefa de:





Reuniões do B20 começaram em janeiro e resultaram na entrega de diversas propostas ao governo brasileiro

Comércio e investimento; Emprego e educação; Transição energética e clima; Transformação digital; Finanças e infraestrutura; Integridade e *compliance*; e Sistemas alimentares e agricultura sustentável, além do Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios.

A definição dos temas para discussão levou em conta assuntos relevantes para o Brasil e em que o país pode exercer liderança – como produção de alimentos –, em que já há oportunidade de proveito – como energias renováveis –, ou em que haja desafios que o Brasil precisa enfrentar – como inteligência artificial (IA).

Um dos destaques deste ano no funcionamento do B20 Brasil foi a maior presença de mulheres, que eram 43% dos membros. “Melhorou muito o equilíbrio de gênero na composição, tanto das lideranças quanto dos membros”, comemora Constanza Negri, gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI e sherpa (principal negociadora) do B20.

Para permitir que as lideranças do G20 tivessem mais tempo para analisar a proposta, Constanza explica que o B20 Brasil trabalhou com um

cronograma mais curto e reduziu o número de recomendações. “Criamos uma metodologia de no máximo três recomendações por força-tarefa para que elas possam, efetivamente, ser implementadas”, afirma ela.

Cinco diretrizes orientaram o trabalho dos integrantes do B20 Brasil: 1) transformação global inclusiva dos sistemas alimentares para apoiar o crescimento da produtividade, as finanças e o comércio; 2) diversidade e inclusão em todas as estratégias setoriais; 3) transição justa para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa (GEE); 4) financiamento para zerar as emissões líquidas de GEE; e 5) força de trabalho inclusiva, produtiva e resiliente. “Com isso, estimulamos um olhar mais integrado, mais sistêmico para as temáticas, o que contribuiu para evitar inconsistência entre as próprias recomendações”, diz Constanza.

## RECOMENDAÇÕES DAS FORÇAS-TAREFAS

Criar modelos inovadores de financiamento e colaboração para apoiar a transição dos agricultores para sistemas alimentares resilientes e sustentáveis é a principal recomendação da força-tarefa de Sistemas alimentares sustentáveis e agricultura. Para alcançar esse objetivo, foram sugeridas duas medidas prioritárias.

Uma propõe aos membros do G20 combinar mecanismos de financiamento, melhorar ofertas financeiras, reduzir riscos, incentivar investimentos e redirecionar o apoio agrícola para promover a transição para sistemas alimentares mais resilientes, sustentáveis e equitativos. A segunda medida sugere a criação de uma estrutura regulatória que acelere o desenvolvimento de créditos que possam ser negociados em diferentes mercados, facilitando seu uso global, gerados a partir de projetos que resultem em benefícios ambientais comprovados, de alta integridade, para serviços como captura de carbono e redução do uso de água doce.

Os integrantes da força-tarefa estimam que são necessários de US\$ 300 bilhões a US\$ 350 bilhões por ano até 2030 para alcançar a transformação necessária nos sistemas alimentares no conjunto dos 19 países e da UE. Em 2022, entre 691 e 783 milhões de pessoas enfrentavam fome no mundo, o que indica a necessidade de adotar medidas para resolver esse problema.

“É preciso aumentar a produtividade. Esse é um ponto importante no Brasil, onde predominam pequenos produtores rurais. É necessário aumentar a produtividade a partir do uso das novas tecnologias e de outras ações para que quem tem baixa produtividade possa

alcançar esse Brasil altamente produtivo”, defende Teresa Vendramini, empresária rural e pecuarista que integra o Conselho Consultivo do B20. “Também precisamos desenvolver modelos inovadores de financiamento e garantir que o capital seja inclusivo e suficiente para uma transição rápida para um cenário de maior produtividade”, argumenta ela.

A principal recomendação do Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios é promover um ambiente inclusivo para o futuro do mercado de trabalho. Embora a IA generativa consiga criar cerca de US\$ 7 trilhões anuais de riqueza global, há risco de que as desigualdades sociais já existentes no mercado de trabalho sejam perpetuadas. Em vez de apenas analisar ou reconhecer padrões em dados, a IA generativa os utiliza para gerar novos dados que não existiam antes. Em 2022, segundo exemplo citado no documento entregue ao governo, as mulheres representaram, em média, apenas 30% dos talentos na área de IA.

“Essas ideias têm de ser transformadas em ação, não podem ser engavetadas”, afirma Rachel Maia, presidente do Conselho de Administração do Pacto Global Brasil, conselheira independente da Vale e integrante do B20. “A jornada demanda desafios, e esses desafios não podem ser olhados como impeditivos, mas como parte do processo de transformação”, pontua. Segundo ela, o desenvolvimento social deve caminhar junto com o ambiental e o econômico. “Nós não temos um planeta B. Pensando na área de negócios, precisamos lutar por mais mulheres na liderança e em conselhos empresariais. Isso tem um impacto econômico e social imediato”, diz Rachel.

Na força-tarefa de Comércio e investimento, a principal recomendação é promover ações sustentáveis e resilientes. Hoje, 11,8% das importações dos países do G20, equivalentes a US\$ 2,3 trilhões, estão sujeitas a medidas restritivas. Avançar nessa área exige o emprego de metodologias internacionalmente aceitas para o cálculo e a prestação de contas sobre a pegada de carbono, além da definição



Constanza Negri, sherpa do B20, diz que os grupos trabalharam com número máximo de recomendações para aumentar a chance de implementação das propostas



## COMPOSIÇÃO DO



## EM NÚMEROS



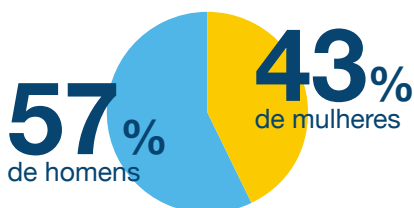
**1.200**  
membros



**42**  
países



+de  
**150**  
membros por  
força-tarefa/conselho  
de ação



**21**  
setores  
envolvidos

de boas práticas regulatórias para a promoção de medidas ambientais. Outra recomendação dessa força-tarefa é a revisão de políticas comerciais unilaterais restritivas do G20 que foram adotadas nos últimos três anos.

Acelerar a implantação de capital privado para facilitar a transição para uma economia sustentável de baixo carbono é a principal recomendação da força-tarefa de Finanças e infraestrutura. Isso exige uma revisão do papel de financiamento exercido pelo setor público, redirecionando seus esforços para estratégias de redução de risco do fluxo de capital privado para o financiamento climático, especialmente em mercados emergentes e em economias em desenvolvimento. Também é preciso revisar políticas de capital regulatório e das agências de risco para aumentar o fluxo de capital privado destinado a investimentos climáticos.

Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, destaca que “o diálogo entre líderes de Estado e o setor empresarial dos países do G20 é fundamental para avançarmos na convergência entre as economias e na atração de investimentos para o desenvolvimento de forma sustentável”. Segundo ele, a cooperação público-privada é necessária para gerar riqueza e trazer temas relacionados à emergência climática. “O protagonismo da indústria brasileira em 2024 nos permite contribuir com um novo ciclo de crescimento do país. Nas últimas duas décadas, o G20 teve um papel central nas respostas a crises globais”, avalia.

**"AS SOLUÇÕES  
DEMANDAM  
RECURSOS, TEMPO  
DE IMPLEMENTAÇÃO E  
CONSISTÊNCIA, MAS NÃO  
HÁ TEMPO A PERDER"**

Isaac Sidney  
(Febraban)

## PAPEL DA CNI

O presidente da CNI, Ricardo Alban, afirma que o desafio de coordenar o B20 reflete o espírito e a dedicação da entidade em prol do progresso sustentável, da inovação tecnológica e da diminuição de obstáculos para um desenvolvimento efetivo, íntegro e abrangente. “Essa atuação reforça o posicionamento estratégico do país e a contribuição do setor privado como fatores de peso no concerto das decisões políticas de alcance mundial”, ressalta o dirigente.

Segundo ele, a experiência do B20 Brasil deixará um legado em três eixos para o setor privado, para o país e para a continuidade do B20. O primeiro é do B20 para o próprio B20, graças à criação de “um ambiente de continuidade do impacto e da governança a ser recomendado à África do Sul para a edição subsequente”. “Trabalhamos no desenvolvimento de mecanismos para rastrear indicadores que podem mostrar o progresso em relação às recomendações feitas à presidência do G20”, explica Alban. O segundo legado é para a sociedade, e representa orientações para ações concretas. Por fim, diz ele, há compromisso com o legado do B20 para o Brasil, ao serem delineadas questões prioritárias para o desenvolvimento nacional, sustentável e inclusivo.

Para Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o grande desafio é navegar entre as necessidades mais imediatas e as estruturais. “As sugestões de políticas públicas oferecidas pelo B20 são, em sua quase totalidade, de caráter mais estrutural e de longo prazo, mas também são prementes. Diria até que deveriam começar hoje, já. A questão climática me parece um bom exemplo. As soluções demandam recursos, tempo de implementação e consistência, mas não há tempo a perder”, argumenta. “Em 2025, passaremos a liderança para a África do Sul, mas seguiremos ativos em defesa das propostas gestadas agora e discutiremos seu aperfeiçoamento e as novas prioridades que surgirem com a nova coordenação”, conclui.

A secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, destaca que as formulações do B20 ao longo da presidência brasileira demonstraram ampla convergência com a agenda proposta pelo país para o conjunto dos debates no G20, incluindo as discussões na força-tarefa de Finanças. Nesse sentido, ela defende a necessidade de uma transição justa e socialmente equilibrada, assim como a urgência de seu financiamento. “Isso exige desenvolver e aprimorar instrumentos, inclusive no que se refere à adequação dos bancos multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial”, detalha Tatiana.

Ela também descreve a transição energética e climática como uma grande oportunidade de transformação produtiva, em que o Brasil pode oferecer soluções competitivas para o mundo. Os trabalhos do B20 ao longo de 2024 representaram, segundo ela, um dos grandes exemplos de sinergia com os grupos de engajamento do G20. “Esse legado, que pode ser visto como uma contribuição conjunta, certamente se firmou como parte da agenda do G20 para os próximos anos”, afirma.

ENTENDA O QUE É O



E O QUE ELE REPRESENTA PARA

**O SETOR PRIVADO**

ESTRUTURA DO



**NO BRASIL**





O **B20** (*Business 20*) é um fórum de diálogo mundial que conecta o setor empresarial aos governos dos países do G20.

Em 2024, a **CNI** é a responsável pela coordenação do grupo no Brasil.

Composto por empresários dos países membros do G20, o **B20** tem como objetivo propor recomendações de políticas ao G20.

Essas recomendações são elaboradas por **forças-tarefa** que se reúnem virtualmente ao longo do ano.

O **B20** trabalha em propostas que são entregues **antes da cúpula do G20**, para que os líderes globais tenham tempo de analisar o material.



Comércio e Investimento



**Francisco G. Neto**  
CEO e Presidente  
Embraer

Emprego e Educação



**Walter Schalka**  
Conselheiro Suzano

Transição Energética e Clima



**Ricardo Mussa**  
CEO Raízen

Transformação Digital



**Fernando Rizzo**  
CEO Tupy

Finanças e Infraestrutura



**Luciana A. Ribeiro**  
Sócia-fundadora  
da eB Capital

Integridade e Compliance



**Claudia Sender**  
Board Member

Sistemas Alimentares e Agricultura Sustentável



**Gilberto Tomazoni**  
CEO JBS

Mulheres, Diversidade e Inclusão nos Negócios (CA)



**Paula Bellizia**  
VP Amazon Web Services - LATAM

VEJA A ÍNTEGRA DAS RECOMENDAÇÕES DO B20



# CONTRIBUIÇÃO DA INDÚSTRIA FOI FUNDAMENTAL

*CNI tem papel de destaque na formação da agenda do G20*

foto: Agência Brasil



O secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, o embaixador Maurício Lyrio, afirma que o *Business 20* (B20) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) foram fundamentais “para a implementação das decisões tomadas pelos governos do G20”. O diplomata também é o sherpa do G20, ou seja, o principal responsável pelas negociações do Brasil com os demais países do grupo. Sem o apoio da indústria, avalia ele, teria sido muito mais difícil concretizar as prioridades do G20 estabelecidas pela presidência brasileira.

**Como o senhor avalia a contribuição da indústria brasileira e da CNI para a formação da agenda do G20?**

Considero fundamental. Desde o início da presidência brasileira do G20, em dezembro de 2023, nós temos valorizado o trabalho dos grupos de engajamento, que representam a voz da sociedade civil nas tratativas do G20, com destaque para o B20, ou “Business 20”, coordenado pela CNI. Trata-se de um dos grupos de engajamento mais tradicionais, que foi criado em 2010 e conta com mais de 1.200 representantes empresariais oriundos dos 21 membros do G20. O B20 e, conseqüentemente, a CNI representam uma voz fundamental para a implementação das decisões tomadas pelos governos do G20. É a voz do setor empresarial privado. Sem o apoio desse setor, na forma de recursos financeiros e humanos e de poder de mobilização econômica, ficaria muito mais difícil concretizar as três prioridades do G20 estabelecidas



## MAURICIO LYRIO

*Para o diplomata Maurício Lyrio, o setor produtivo “pode beneficiar-se imensamente no médio e no longo prazos” com o cumprimento das metas do G20*



pela presidência brasileira de turno: o combate à fome e à pobreza; o desenvolvimento sustentável e a justa transição energética; e a reforma do sistema multilateral global. Felizmente, temos contado com o engajamento da CNI nas discussões desde o primeiro dia.

### **Poderia destacar as três contribuições que considera mais relevantes?**

Pela primeira vez desde a constituição do G20, representantes dos doze grupos de engajamento foram convidados a apresentar suas recomendações diretamente aos sherpas em reunião realizada no Rio de Janeiro, em 4 de julho. Na ocasião, o B20 apresentou uma série de propostas muito oportunas e realistas, das quais posso destacar três: o crescimento da produtividade agrícola de alimentos, particularmente em países em desenvolvimento, por meio de biotecnologia, tecnologias digitais, inteligência artificial e práticas agrícolas regenerativas; o impulsionamento de estratégias de transição energética que incluam biocombustíveis e energias renováveis; e o fortalecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) por meio da retomada de seu Mecanismo de Solução de Controvérsias.

### **Que impactos a rodada de 2024, sob a liderança do Brasil, pode gerar para o setor produtivo nacional?**

Os efeitos econômicos da presidência brasileira do G20 podem não ser facilmente sentidos no curto prazo, mas, caso as metas sejam cumpridas, o setor produtivo nacional pode beneficiar-se imensamente no médio e no longo prazos. Um exemplo: segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação

e Agricultura (FAO), cerca de 735 milhões de pessoas no mundo passam fome e 2,4 bilhões sofrem por insegurança alimentar. O combate à fome e à pobreza, além de representar um imperativo humanitário, possibilitaria incluir essas pessoas na cadeia de consumo de alimentos, com ganhos enormes para a agricultura e a indústria. Outra meta defendida pelo Brasil – o alinhamento entre recursos financeiros internacionais e metas de combate à mudança climática – possibilitaria desbloquear bilhões de dólares em investimentos estrangeiros para obras voltadas à transição energética, à descarbonização da indústria e à exploração de recursos energéticos renováveis, com ganhos de escala para todo o setor produtivo.

### **Houve avanços no sentido de ampliar o acesso aos recursos para a transição energética e o enfrentamento das mudanças climáticas?**

As discussões desses temas no G20 sempre representam um complemento em relação a fóruns climáticos, em especial a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que o Brasil sediará em 2025. Ainda assim, a presidência brasileira contribuiu com o avanço das discussões ao criar a Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (FT-CLIMA), que une as trilhas de sherpas e finanças do G20 e promove um diálogo de alto nível entre governos, instituições financeiras e organismos internacionais sobre o clima.



# SUSTENTABILIDADE É CONSENSUAL NO SETOR PRODUTIVO

*Princípio guiou as propostas e discussões  
dos oito grupos de trabalho do B20*

Os trabalhos dos oito grupos do *Business 20* (B20) tiveram como diretriz o crescimento inclusivo para um futuro sustentável. O B20 reúne cerca de 1.200 representantes empresariais com o objetivo de conectá-los aos governos do G20. A partir dessa diretriz, foram definidos cinco pilares: combate à fome, à pobreza e às desigualdades; transição justa para uma economia de baixo carbono; aumento da produtividade por meio da inovação; estímulo à resiliência das cadeias globais de valor; e valorização do capital humano. As recomendações foram elaboradas por sete forças-tarefas e pelo Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios.



A Força-Tarefa de Comércio e Investimento analisou medidas para tornar as cadeias globais de valor mais resilientes e criar um ambiente propício aos investimentos e ao crescimento inclusivo. Nesse sentido, os principais centros, como China, União Europeia e Estados Unidos, seguem importantes, mas os corredores comerciais com países em desenvolvimento têm ganhado cada vez mais relevância. Estudo do Boston Consulting Group (BCG) prevê um crescimento significativo entre esses países e dentro de cada um deles, enquanto vários corredores comerciais importantes podem crescer mais lentamente ou mesmo encolher.

O grupo avalia que há obstáculos a serem superados para avançar na direção de um sistema global justo e aberto: alterações climáticas mais frequentes, desafios geopolíticos, disputas em torno de rotas comerciais marítimas, pressões inflacionárias desde a pandemia de Covid-19 e aumento na implementação de mecanismos de ajuste de fronteira de carbono.

Já a Força-Tarefa de Finanças e Infraestrutura teve como um de seus principais focos a necessidade de reforçar o financiamento de projetos ligados a questões climáticas para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C até 2050. Além de contribuir com o meio ambiente, o alinhamento das estratégias financeiras com a sustentabilidade abre novos caminhos para o crescimento econômico, em um momento de recuperação global de crises financeiras causadas pela pandemia de Covid-19 e por conflitos que desorganizaram as cadeias produtivas.

Uma das recomendações dadas pela Força-Tarefa de Educação e Emprego, por sua vez, foi requalificar e melhorar as competências, especialmente em proficiência digital e sustentabilidade, por meio de incentivos financeiros para soluções de aprendizagem no trabalho e do reconhecimento de competências, visando eliminar a escassez de talentos. O grupo buscou identificar políticas que melhorem as habilidades da força de trabalho por meio de qualificação, requalificação e aprendizado contínuo adaptado às demandas do mercado de trabalho global.

Outra recomendação considerada prioritária é aumentar a relevância e a qualidade da educação básica e da educação profissional e tecnológica (EPT) para desenvolver habilidades essenciais para empregos e negócios do futuro. Os principais desafios nessa área estão relacionados às novas tecnologias e às mudanças climáticas. Segundo documento entregue ao presidente Luiz Inácio Lula

da Silva pelo grupo, 58% dos empregos requerem proficiência digital básica, mas 63% dos professores em países de baixa renda não são qualificados digitalmente.

A Força-Tarefa de Transição Energética e Clima concluiu que a união entre os setores público e privado, nessa área, é fundamental. Segundo o McKinsey Global Institute, o investimento necessário para zerar a emissão de carbono é de US\$ 275 trilhões até 2050, ou seja, US\$ 9,2 trilhões por ano, em média. Isso representa um aumento anual de até US\$ 3,5 trilhões em relação ao que se investe atualmente, o que equivale à metade dos lucros corporativos globais, um quarto da receita tributária total e 7% dos gastos familiares.

Três conjuntos de medidas foram considerados prioritários pelo grupo. Em primeiro lugar, é preciso elaborar políticas, regulações e incentivos para triplicar a capacidade energética renovável até 2030, expandir a infraestrutura de redes e acelerar a eletrificação. Também é necessário estabelecer mecanismos e iniciativas para explorar o potencial sustentável e a prontidão de bioenergia e biocombustíveis para descarbonização, atingir o net zero (zerar as emissões de gases de efeito estufa) e garantir a segurança alimentar. Além disso, é necessário apostar em outras soluções de transição para o net zero, como captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS), hidrogênio limpo e energia nuclear.

Entre as recomendações prioritárias da Força-Tarefa de Transformação Digital está acelerar a expansão e o uso da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação por meio de modernização regulatória e parcerias público-privadas (PPPs) que incentivem

investimento, colaboração e competição justa. Com a crescente adoção de tecnologia digital, é essencial investir em uma transformação digital que seja sustentável, inclusiva e resiliente. De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) baseados em estudos internacionais, o acesso à internet varia significativamente pelo mundo, sendo de 33% na África e de 87% na Europa, o que reclama medidas urgentes para reduzir as disparidades digitais globais.

Além de reconhecer a importância da transparência social, ambiental e de governança, a Força-Tarefa de Integridade e *Compliance* do B20 abordou desafios relacionados à gestão das cadeias de suprimentos, que devem aderir aos altos padrões de regulamentação ambiental e trabalhista. Duas medidas foram consideradas prioritárias: estimular os setores público e privado a promover um local de trabalho justo e seguro, com medidas para prevenir e combater o assédio, e aprimorar a transparência e a comunicação em sistemas de inteligência artificial (IA) com a criação de códigos de conduta, a adoção de *frameworks* globais sobre o desenvolvimento e a implementação e o uso da IA de forma consciente e ética.

Para os integrantes da Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura, os membros do G20 devem combinar mecanismos de financiamento, melhorar as capacidades e ofertas financeiras – reduzindo riscos e incentivando investimentos – e redirecionar o apoio agrícola para acelerar a transição para sistemas alimentares resilientes, sustentáveis e equitativos. Também devem desenvolver uma estrutura regulatória que acelere o desenvolvimento de créditos interoperáveis e de alta integridade para serviços como captura de carbono e redução do uso de água doce.

No mercado de carbono, créditos interoperáveis são aqueles que podem ser negociados em diferentes mercados, facilitando seu uso global. Quando gerados a partir de projetos que resultam em benefícios ambientais comprovados, também são classificados como de alta integridade.

Já o Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios apresentou, no documento entregue ao governo brasileiro, duas medidas prioritárias: garantir orçamento público para suporte abrangente e acesso equitativo à educação para estudantes de baixa renda, com deficiência e demais grupos sociais relacionados, desde a primeira infância até a qualificação, e assegurar a implementação responsável de IA sem vieses, por meio de comitês e alianças entre empresas dos setores público e privado, com incentivo à diversidade.

## CONHEÇA AS **LIDERANÇAS** DAS **FORÇAS-TAREFAS** E DO CONSELHO DE AÇÃO







### Força-Tarefa de Comércio e Investimento

**Líder: Francisco Gomes Neto,**  
presidente da Embraer

*"É preciso discutir como reformular o comércio global, a abordagem da mudança climática. Estamos animados para trabalhar com outros líderes e ajudar os países do G20 a criar mais oportunidades em comércio e investimento mundial."*



### Força-Tarefa de Finanças e Infraestrutura

**Líder: Luciana Ribeiro,**  
sócia-fundadora da EB Capital

*"Precisamos transformar as finanças num motor que vai mover um novo modelo econômico com base numa energia mais limpa."*



### Força-Tarefa de Emprego e Educação

**Líder: Walter Schalka,**  
Membro do Conselho da Suzano

*"Adaptabilidade e resiliência serão nossos companheiros nesta jornada de desafios, e juntos poderemos criar um futuro no qual emprego e educação não sejam responsivos, mas transformativos, sem deixar ninguém pra trás."*



### Força-Tarefa de Transição Energética e Clima

**Líder: Ricardo Mussa,**  
CEO da Raízen

*"Participei do B20 anteriormente e vi que tem muitas possibilidades discutidas, mas precisamos colocar tudo em ação. Nosso país tem feito um ótimo trabalho de substituir combustível fóssil nos transportes."*



### Força-Tarefa de Transformação Digital

**Líder: Fernando de Rizzo,**  
diretor-presidente da Tupy

*"O digital não é o fim, é parte do caminho, e a nossa missão é propor recomendações que permitirão preparar o ambiente de negócios para acelerar mecanismos necessários para a educação, a transformação digital, a segurança alimentar, a renda e a moradia."*



### Força-Tarefa de Integridade e Compliance

**Líder: Claudia Sender,** integrante  
dos conselhos das empresas  
Embraer, Gerdau,  
Holcim (Suíça) e Telefônica

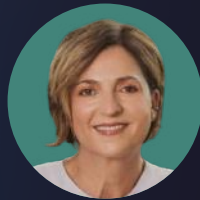
*"Nosso compromisso é elevar a integridade empresarial e a transparência como fatores que contribuem para uma sociedade mais igualitária. Nosso papel enquanto líderes é construir uma cultura empresarial ética."*



### Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura

**Líder: Gilberto Tomazoni,**  
presidente global da JBS

*"Nosso esforço deveria ser primeiramente aumentar a produtividade e depois melhorar a vida daqueles que conformam nosso sistema alimentar. O produtor pequeno precisa estar envolvido, ter apoio técnico e financeiro."*



### Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios

**Líder: Paula Bellizia,** VP da  
Amazon Web Services Latam

*"Temos que pensar em como criar empregos, de forma inovadora, para promover crescimento inclusivo. Já sabemos que empresas que têm diversidade são mais produtivas, então isso não é apenas uma questão de política social, mas de impactos e resultados."*

# HIDROGÊNIO VERDE... E AMARELO

*Brasil desponta como liderança global em projetos relacionados à produção de hidrogênio verde, segundo levantamento da CNI*

Cinco estados da região Nordeste devem receber, nos próximos anos, investimentos que somam R\$ 171,6 bilhões em projetos ligados à produção de hidrogênio verde, sendo que mais de 60% dos recursos irão para o Ceará. Os números são do estudo “Hidrogênio Sustentável: Perspectivas para o Desenvolvimento e Potencial para a Indústria Brasileira”, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A entidade mapeou mais de 60 projetos relacionados à produção de hidrogênio a partir de fontes renováveis no Brasil.

O Porto de Pecém (CE) se destaca como destino preferencial desses investimentos, com previsão de receber cerca de R\$ 110,6 bi em aportes financeiros. O hidrogênio produzido a partir de fontes renováveis ou de fontes fósseis associadas à captura e à estocagem do dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) é visto como uma estratégia para a descarbonização dos segmentos *hard to abate*, nos quais é mais complexo e caro reduzir ou eliminar completamente as emissões de CO<sub>2</sub>. É o caso dos setores industriais que precisam de calor em alta temperatura, como na produção de aço, vidro, alumínio e fertilizantes.

Diversos portos brasileiros estão desenvolvendo projetos para se posicionar como *hubs* de hidrogênio de baixo carbono – centros geográficos que envolvem uma cadeia de atividades de produção, transporte, entrega e uso final dessa fonte de energia. O *hub* do Ceará foi lançado em fevereiro de 2021 pelo governo do estado, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e o Complexo do Pecém (CIPP S/A).

Desde então, foram firmados 34 memorandos de entendimento, que progrediram para quatro pré-contratos com empresas nacionais e internacionais. Ricardo Cavalcante, presidente da FIEC e vice-presidente executivo da CNI, diz que essa liderança é explicada por decisões do governo e dos empresários locais. “Quando a União Europeia declarou que seria necessário importar hidrogênio verde para descarbonizar diversas atividades da sua economia, identificamos aqui uma grande oportunidade, diante de vantagens competitivas do Ceará”, afirma.





O Porto de Pecém (CE) é o principal destino, no Brasil, dos investimentos em hidrogênio verde

Até o momento, explica ele, os memorandos de entendimento que já se encontram em fase avançada de estudos representam investimentos de US\$ 30 bilhões. Recentemente, foi sancionado o Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, que definiu incentivos para a cadeia produtiva do hidrogênio verde e de outras opções de hidrogênio limpo. A regulamentação da lei é necessária para dar segurança jurídica e para que os empreendedores levem adiante seus projetos, defende Cavalcante.

“Estamos confiantes de que haverá prioridade para essa regulamentação, diante das seguidas declarações das autoridades federais de apoio às atividades que poderão posicionar o Brasil como o mais importante protagonista mundial no nascente mercado de hidrogênio verde. Essa condição é propiciada por seu enorme potencial de energias renováveis, fato este constatado em diversos estudos de conceituadas instituições internacionais”, argumenta ele.

Elbia Gannoum, presidente da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica), reforça que, além da regulamentação, é preciso que haja um aparato legal para garantir a transformação para uma economia de baixo carbono. No último dia 8 de outubro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei do Combustível do Futuro (PL 528/2020), que altera os percentuais mínimos e máximos de mistura de etanol na gasolina e de biodiesel no óleo e estabelece o incentivo ao diesel verde e ao combustível sustentável. “Esses projetos de lei vão sinalizar para que os agentes econômicos caminhem na direção certa. Sem indução, eles não substituirão seus processos de produção”, diz ela.

Conforme o levantamento da CNI, destacam-se, também no Nordeste, os portos de Parnaíba (PI), com R\$ 20,6 bilhões em investimentos, de Suape (PE), com R\$ 19,6 bilhões, e de Macau (RN), com R\$ 12,9 bilhões. Os dois maiores investimentos previstos fora do Nordeste são em Açu (RJ), com R\$ 16,5 bilhões, e em Itajubá (MG), com R\$ 201 milhões. O entusiasmo com a exportação de hidrogênio e seus derivados está

associado à disponibilidade e ao baixo custo da energia elétrica renovável no país, bem como pelo interesse europeu na importação desses produtos.

O superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo, explica que o estudo foi realizado para identificar e mapear as políticas públicas que vão promover a utilização do hidrogênio verde de baixo carbono, seja em nível nacional ou internacional. “O hidrogênio verde faz parte de uma estratégia de descarbonização que vem atuando de maneira conjunta com a expansão de outras fontes de energia, como eólica, solar e biocombustível”, relata ele.

Conforme o estudo da CNI, o projeto com a maior capacidade de eletrólise do Brasil

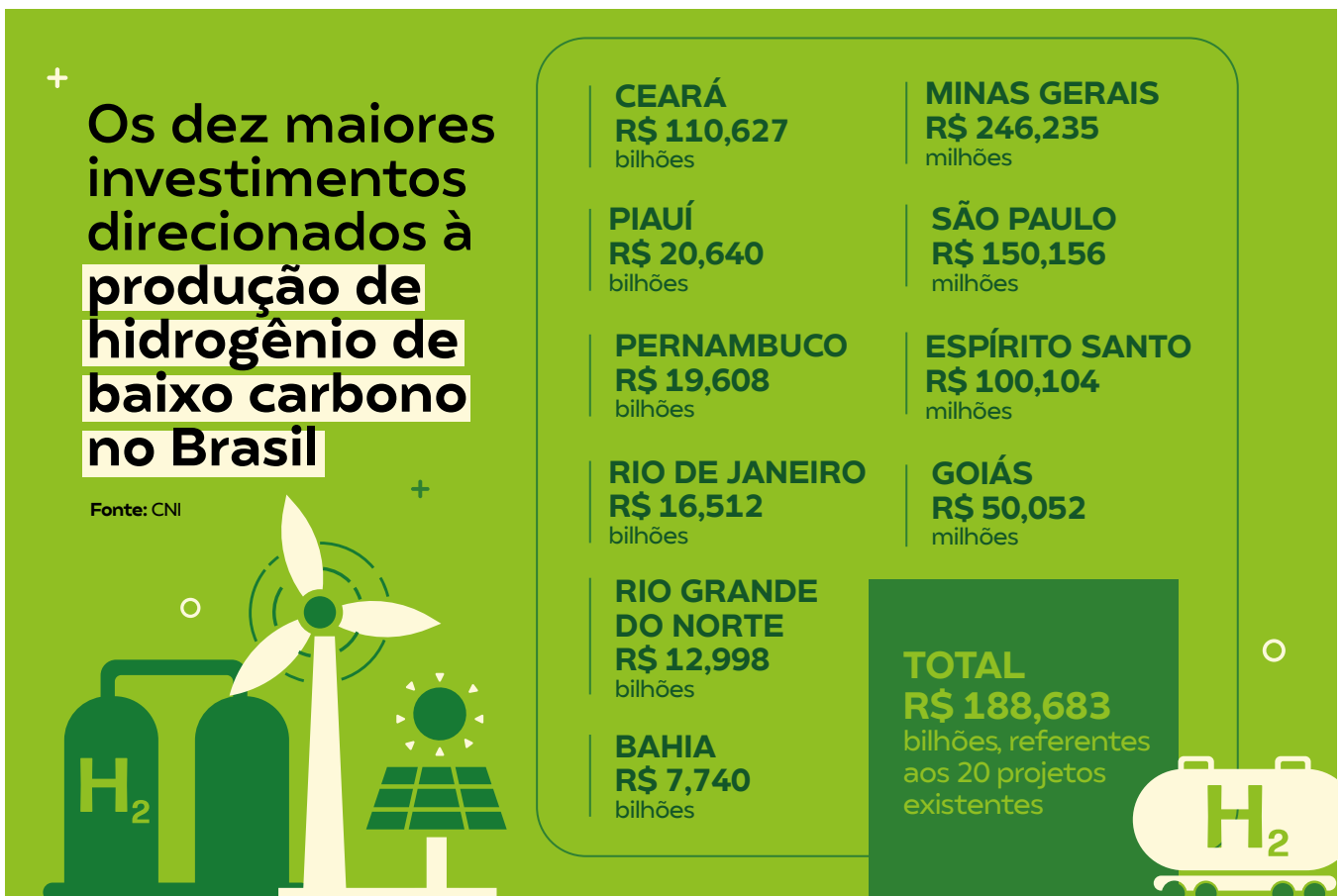


Elbia Gannoum (ABEEólica) defende que haja um aparato legal para garantir a transformação para uma economia de baixo carbono

será localizado no Porto de Parnaíba, no estado do Piauí, com 10 GW de potência. O Ceará é o estado com a maior capacidade instalada, cerca de 15,9 GW, seguido pelo Piauí, com 15,6 GW. O terceiro estado brasileiro com a maior capacidade de eletrólise é o Rio de Janeiro, com 2,1 GW. Entre os segmentos industriais que investem em hidrogênio no Brasil, o setor de geração elétrica lidera, com 42 projetos, a maioria voltada à exportação.

Recentemente, a Alemanha organizou um leilão internacional para compra de amônia verde produzida a partir do hidrogênio de baixo carbono. A amônia é o produto químico com maior demanda industrial de hidrogênio. Em 2021, foram produzidas, globalmente, 190 megatoneladas de amônia, que consumiram aproximadamente 34 megatoneladas de hidrogênio, conforme dados da Agência Internacional de Energia (IEA). No Brasil, a produção de amônia consome cerca de 145 mil toneladas de hidrogênio por ano.

O potencial do país para produzir e exportar hidrogênio verde deve ser um dos temas apresentados pelo setor industrial na 29ª edição da COP (Conferência do Clima), que ocorrerá entre os dias 11 e 22 de novembro de 2024, em Baku, no Azerbaijão. No espaço que a CNI terá no evento, estão previstas a realização de painéis temáticos na arena Indústria Sustentável, a cobertura das negociações com acompanhamento das sessões priorizadas, a promoção de ações de relacionamento (reuniões bilaterais e visita técnica) e a produção de documentos técnicos e de posicionamento.





# O CAMINHO PARA A COP29



## Hidrogênio verde

Os investimentos anunciados para mais de 20 projetos de hidrogênio a partir de fontes renováveis no Brasil já somam R\$ 188,7 bilhões. Em 2030, o país deverá produzir hidrogênio a um dos menores custos do mundo.

## PICOS DE INOVAÇÃO



## Eólica offshore

Em 2023, apesar dos desafios macroeconômicos enfrentados pelo setor em alguns mercados-chave, a indústria eólica instalou 10,8 GW de capacidade *offshore*, elevando o total global para 75,2 GW. O marco legal das eólicas *offshore*, aprovado pela Câmara dos Deputados no final do ano passado, ainda precisa ser aprovado pelo Senado Federal.

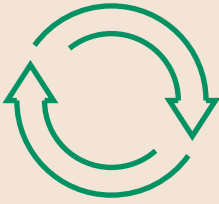
## NO CAMINHO DO PROGRESSO



## Licenciamento ambiental

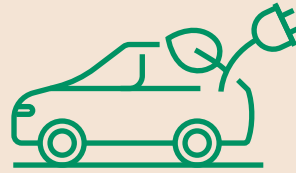
Aprovada em 2021 na Câmara dos Deputados, a proposta de Lei Geral do Licenciamento Ambiental (PL 2159/2021) está parada no Senado Federal.

## DESAFIOS ESTAGNADOS



## Política Nacional de Economia Circular

Além da criação, em junho, da Estratégia Nacional de Economia Circular, o Senado Federal aprovou, em março, um projeto de lei que cria a Política Nacional de Economia Circular, com o objetivo de estimular o uso mais consciente de recursos e priorizar produtos mais duráveis, recicláveis e renováveis. O texto aguarda votação na Câmara dos Deputados.



## Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação (Mover)

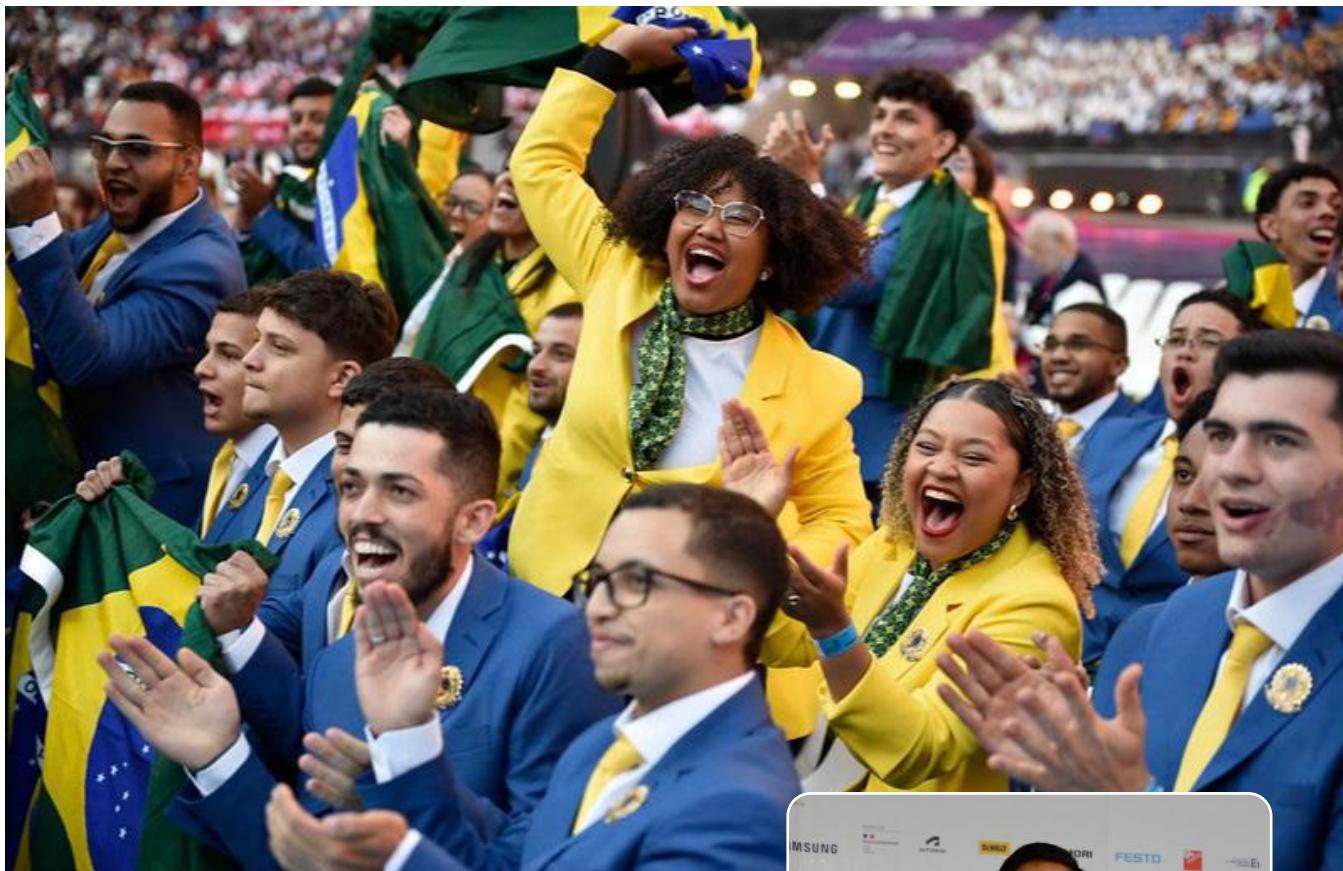
Lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro de 2023, o Mover amplia as exigências de sustentabilidade da frota automotiva brasileira e estimula a produção de novas tecnologias nas áreas de mobilidade e logística.

## Transição energética

O Brasil é um dos líderes globais na geração de energia renovável, especialmente solar e eólica, e uma das prioridades da nova política industrial é a transição energética. Apesar disso, conforme estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), apenas 10% das indústrias pretendem investir em novas fontes de energia, e a maioria dos investimentos deve ser em gás natural.

## Mercado de carbono

A Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro de 2023, a proposta que regulamenta o mercado de carbono no Brasil (PL 2148/15), com a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). O texto incorpora pontos de outro projeto já aprovado no Senado e está parado nesta última Casa em razão de divergências com a Câmara.



## VICE-CAMPEÃ MUNDIAL!

Só a China superou a delegação brasileira na soma geral de pontos da 47ª *WorldSkills*, torneio mundial de educação profissional realizado em setembro na França. Foram oito medalhas conquistadas: uma de ouro, quatro de prata e três de bronze – além de medalhas de excelência, que reconhecem um desempenho acima da média, em 23 ocupações.

A equipe verde-amarela foi composta por 64 alunos e ex-alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Gustavo Leal, diretor-geral do SENAI e delegado oficial do Brasil na *WorldSkills*, comemorou o resultado: “A competição mostra o caminho da educação profissional para os jovens e reforça o quanto um ensino próximo da empresa e do mercado de trabalho tem condição efetiva de transformar vidas”, disse ele ao fim do evento.

O torneio, que é realizado a cada dois anos em uma cidade-sede diferente, reuniu desta vez 1,4 mil competidores de 69 países. O Brasil disputou 56 das 59 modalidades na competição.



**“SEMPRE FOI UM SONHO SUBIR NO PÓDIO. QUERIA DEIXAR UMA FRASE QUE ME MARCOU MUITO: ‘SÓ VIVE O PROPÓSITO QUEM SUPORTA O PROCESSO’.”**

João Lucas Gomes Guimarães, medalhista de prata e “Best of Nation”, com a maior pontuação do Brasil



# NOVOS TEMPOS, NOVAS MARCAS

Para consolidar no design o contínuo compromisso com inovação, qualidade e excelência, características do setor industrial, o Sistema Indústria modernizou a identidade visual das entidades que o integram. A iniciativa vale para as marcas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Também foi desenvolvida uma assinatura geral para o Sistema Indústria, que será usada para identificar conteúdos relacionados às quatro entidades, mostrando a força e a união do setor. As novas marcas ganham design mais arredondado, com a fonte Neo Sans – para comunicar com mais eficácia a missão e os valores das instituições. As caixas que envolviam o nome de cada instituição foram removidas, assegurando mais leveza e dinamismo.

O “i” com o pingo estilizado representa a parte “indústria” na marca de cada instituição, e tem a cor de cada uma delas: azul no caso da CNI, representando confiança, segurança, seriedade e estabilidade; verde para o SESI, que remete a equilíbrio e perseverança e está relacionado a saúde, vitalidade e juventude; laranja para o SENAI, invocando criatividade e energia e representando inovação e modernidade; e verde-água no caso do IEL, cor associada ao crescimento e à renovação, simbolizando tranquilidade e evolução.

ACESSE O  
MANUAL DE  
MARCAS E AS  
NOVAS LOGOS:



## CNI IEL SENAI SESI

### CAMPANHA INSTITUCIONAL

Em conjunto com a nova identidade visual, a CNI lançou uma campanha institucional para defender e valorizar o setor. Com o mote “A Indústria Cria, a Indústria é Mais”, a ação reforça que a indústria está em tudo e, mais do que produtos, cria oportunidades e um futuro melhor para o país. As peças foram desenvolvidas para TV fechada, rádio, internet e mobiliário urbano e são focadas em cinco temas: desenvolvimento, inovação, sustentabilidade, capacitação e saúde e bem-estar.

CONHEÇA A  
CAMPANHA:



worldskills

## LISTA DOS VENCEDORES

### 1 OURO

Cabeleireiro – *Bruna Pimentel Martins (RJ)*

### 2 PRATA

Fresagem a CNC (comando numérico computadorizado) – *André Luís Dono (SP)*

Tornearia a CNC (comando numérico computadorizado) –  
*João Lucas Gomes Guimarães (SP)*

Tecnologia em Design Industrial –  
*Victor Rodrigo de Freitas Ferreira (MG)*

Cuidados de Saúde – *Estéfany  
Mariana dos Santos Marengoni (PR)*

### 3 BRONZE

Mecânica Industrial –  
*João Luiz Diniz Carvalho (MG)*

Optoeletrônica –  
*Nathan Crepaldi Rodrigues (SP)*

Logística e Envios Internacionais –  
*Samuel França dos Santos (SP)*

## SAIBA MAIS

Criada em 1950, a WorldSkills testa habilidades técnicas individuais e coletivas de jovens de até 25 anos recém-formados ou cursando a educação profissional. As tarefas possuem alto nível técnico e atendem a padrões internacionais de qualidade. O torneio é uma oportunidade de os países prepararem as instituições de ensino e a força de trabalho para as novas tecnologias do mundo do trabalho, já que as ocupações e as provas da competição são regularmente atualizadas.



# AS LINHAS DA REGULAMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

*Legislativo deve aprovar, até o final de 2024, dois projetos que regulamentam a reforma tributária*

O Congresso Nacional deve apreciar, até o final do ano, dois projetos de lei complementar (PLPs) enviados pelo governo com o objetivo de regulamentar a reforma tributária aprovada em 2023. O primeiro (PLP 68/2024) detalha as regras de unificação dos tributos sobre o consumo, os casos de diminuição da incidência tributária e as normas para a concessão de *cashback*. O texto foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal. O segundo (PLP 108/2024), que institui o comitê gestor do novo imposto, ainda precisa ser votado na Casa Baixa.

A expectativa é de que a tramitação do PLP 68 só avance no Senado após as eleições municipais. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) espera, porém, que o trâmite possa ser acelerado e que haja poucas mudanças no processo de regulamentação.

“Espero que se aprove antes do fim do ano legislativo. Afinal, há consenso sobre as linhas gerais”, afirma Armando Monteiro Neto, que já foi senador, ministro de Estado e presidente da CNI e, hoje, é conselheiro emérito da instituição. A reforma, segundo ele, é no geral positiva. “Saímos de regras caóticas, que só estimulavam o litígio. Agora estamos entrando num sistema tributário de classe mundial”, avalia.

Entenda, a seguir, quais são os principais ganhos para o setor industrial com o novo sistema de tributação do consumo, segundo Mário Sérgio Telles, superintendente de Economia da CNI.





As atenções estão voltadas para o Senado, que deve apreciar, depois das eleições municipais, o principal projeto de regulamentação da reforma tributária

## 1 FIM DA CUMULATIVIDADE

A cumulatividade é um dos principais problemas do atual sistema tributário brasileiro. “Estudo nosso mostra que, em média, os resíduos do atual sistema de tributação sobre o consumo representam 7,4% do preço líquido de tributos de um produto industrial feito no Brasil, o que retira a competitividade dos produtos brasileiros, diz Telles”. A reforma tributária elimina o resíduo tributário.

## 2 DEVOLUÇÃO RÁPIDA DE SALDOS CREDORES

Atualmente, o montante de créditos acumulados com PIS/Cofins e ICMS das indústrias chega a R\$ 200 bilhões, o que retira competitividade do setor. Com a reforma, os créditos passarão a ser devolvidos. No atual sistema, mesmo quando há direito ao crédito, as empresas enfrentam outro problema: a enorme morosidade do Fisco para fazer o ressarcimento, o que gera volumosos saldos credores. Com a mudança, o crédito de IBS e CBS passa a ser imediato e recebido de uma só vez, sem parcelas.

## 3 DESONERAÇÃO COMPLETA DAS EXPORTAÇÕES

A reforma dá condições de igualdade aos produtos brasileiros, aumentando a competitividade das exportações e trazendo equilíbrio na concorrência com os importados.

## 4 DESONERAÇÃO COMPLETA DOS INVESTIMENTOS

Se aprovada uma reforma que contemple o crédito imediato e integral nos investimentos e a extinção do ISS, as empresas industriais terão ganhos significativos de competitividade, uma vez que, o custo do investimento será reduzido, o que permitirá a ampliação da capacidade produtiva e a implementação de novas tecnologias.

## O NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO

### CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços

Tributo que substitui PIS, Cofins e IPI, todos de competência federal

### IBS - Imposto sobre Bens e Serviços

Tributo que substitui os impostos sobre consumo de competências estadual e municipal, como o ICMS e o ISS

### Simples Nacional

- Tratamento favorecido para as empresas optantes, no âmbito da CBS e do IBS, que será mantido
- As empresas terão a opção de aderir ao regime normal de tributação, com base no sistema de débitos e créditos. Elas também poderão seguir integralmente no Simples, com a transferência de créditos do IBS e da CBS em montante equivalente ao cobrado





## 5 SIMPLIFICAÇÃO E REDUÇÃO DO CUSTO DE CONFORMIDADE

A reforma simplifica o sistema tributário e a vida das empresas. Há a possibilidade de creditamento de todas as despesas: marketing, contabilidade, material de escritório, segurança, alimentação dos funcionários, entre outras.

## 6 MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA E REDUÇÃO DA LITIGIOSIDADE

O que se tem hoje: excesso de tributos, regras complexas, imprecisas e controversas, multiplicidade de alíquotas e distinção entre bens e serviços, o que gera litígios. O Insper estima em R\$ 5,4 trilhões, ou 75% do Produto Interno Bruto (PIB), os gastos em contencioso.

## 7 ACELERAÇÃO DO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Estudo dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Edson Domingues e Débora Cardoso mostra que a reforma tributária vai acelerar o crescimento econômico do Brasil. Em 15 anos, o PIB estará 12% maior do que se não tivéssemos a reforma, com 16,6% a mais de PIB da indústria, 10,6% na agropecuária e 10,1% nos serviços.

## O QUE ASSEGURA A ESSÊNCIA DO MODELO IVA



### Garantia de crédito amplo

Todas as despesas ligadas à atividade da empresa gerarão crédito, independentemente do grau de participação no processo de produção do bem ou serviço adquirido.



### Aproveitamento amplo dos créditos

A garantia de compensação de crédito de IBS com qualquer débito de IBS e de crédito de CBS com qualquer débito de tributo federal vai assegurar o aproveitamento amplo dos créditos apropriados.



### Ressarcimento ágil dos saldos credores

O ressarcimento em até 75 dias, como regra geral, inclusive nas aquisições de bens de capital (investimentos), representa melhora expressiva em relação à realidade atual.

## OUTROS PONTOS DE DESTAQUE DO NOVO SISTEMA TRIBUTÁRIO



### Serviços financeiros

A garantia da apropriação de crédito de IBS/CBS na contratação de serviços financeiros contribui com a redução da cumulatividade e do custo do crédito.



### Combustíveis

A garantia de crédito de IBS/CBS nas aquisições feitas pelas empresas produtoras de combustíveis e pelas empresas que utilizam combustível como insumo é outra fonte importante de redução da cumulatividade do novo sistema de tributação do consumo.

## PONTO DE PREOCUPAÇÃO



### Lista de exceções

No projeto aprovado na Câmara houve uma ampliação, em relação ao texto original, das listas de exceções de bens e serviços que estão nas alíquotas zero ou nas reduzidas. Essas exceções fazem com que a alíquota geral suba de 26,5% para 28%, efeito que a CNI considera indesejável, defendendo o retorno ao texto original.



DUAS PERGUNTAS PARA...

# RICARDO PELEGRINI

foto: Agência CNI de Notícias



**E**m dois ou três anos, a computação quântica poderá estar presente no dia a dia do setor produtivo, prevê Ricardo Pelegrini, CEO e cofundador da Quantum4 Innovation Solutions. “Isso já está sendo testado não mais em laboratório, mas nas empresas. Várias companhias ao redor do mundo estão testando o uso de inteligência artificial com computação quântica, porque é possível extrair muito mais valor para algum tipo de pesquisa específica que você queira fazer, como na parte de otimização logística”, explica.



Ricardo Pelegrini (Quantum4 Innovation Solutions) defende a interação entre inteligência artificial e Internet das Coisas no processo industrial

## **0 QUAL É O PAPEL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) NA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA INDÚSTRIA, ESPECIALMENTE NO AUMENTO DA EFICIÊNCIA?**

A inteligência artificial ainda está na fase da infância como tecnologia. Existe muita coisa que ainda está sendo anunciada, descoberta. Vai ter muito desenvolvimento nos próximos anos. No entanto, também há bastante coisa disponível. Nos últimos anos, tem havido muito desenvolvimento, não só na tecnologia, mas na implementação de soluções e aplicações. Quando pensamos em eficiência, um dos exemplos importantes que já estão disponíveis e que as empresas industriais podem utilizar é a manutenção preditiva, que, na verdade, nem é mais preditiva, ela é prescritiva. Qual é a diferença? Você tem hoje a possibilidade de fazer uma combinação de instrumentação dos equipamentos, que a gente caracteriza como Internet das Coisas (IoT). Com a captura de dados por meio de sensores e a consolidação dessas informações, você tem condições de fazer uma manutenção de máquina preditiva, ou seja, antes que você tenha um problema.

Já a manutenção prescritiva é quando você adiciona a inteligência artificial nesse processo. Pode ser necessário, por exemplo, fazer uma parada na máquina, porque ela está tendo um nível de vibração, um nível de temperatura que vai gerar um problema. Se você aplicar a inteligência artificial, ela já pode carregar todos os parâmetros com relação à eficiência operacional e informar os momentos possíveis para você fazer uma manutenção, uma parada de máquina no horário mais recomendado

## **0 ATÉ QUE PONTO A IA PODE CONTRIBUIR COM A CRIAÇÃO DE NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS INDUSTRIAIS, IMPULSIONANDO A INOVAÇÃO EM TODA A CADEIA PRODUTIVA?**

Em dois ou três anos, a computação quântica poderá estar presente no dia a dia do setor produtivo. Isso já está sendo testado não mais em laboratório, mas nas empresas. Várias companhias ao redor do mundo estão testando o uso de inteligência artificial com computação quântica, porque é possível extrair muito mais valor para algum tipo de pesquisa específica que você queira fazer, como na parte de otimização logística. Você tem uma série de possibilidades de criar serviços de valor agregado para o mercado, para clientes e para a sua performance interna dentro da empresa, que depois você pode vender para o mercado. Ou seja, você resolve um problema interno e depois passa a ter uma linha de receita incremental. Portanto, é possível gerar eficiência operacional de um lado e do outro aumento de receita, que é o melhor dos dois mundos, porque você aumenta a receita e corta custos.





A Missão 4 da NIB, detalhada no início de setembro, tem foco na transformação digital do setor produtivo, com fabricação de tecnologia de ponta

# EMPRESAS ANUNCIAM INVESTIMENTOS DE R\$ 580 BILHÕES

*Valor virá dos setores automotivo, de alimentos,  
de papel e celulose, de aço e de saúde*

**E**m oito meses de existência, o programa Nova Indústria Brasil (NIB) já soma R\$ 580 bilhões em investimentos anunciados pelo setor produtivo, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). A cifra foi divulgada no início de setembro, durante o detalhamento de metas da Missão 4 da nova política industrial, focada na transformação digital. Em agosto, o governo já havia detalhado as metas da Missão 2, relacionadas ao setor da saúde.

Os investimentos foram anunciados pelos setores automotivo (R\$ 130 bi), de alimentos (R\$ 120 bi), de papel e celulose (R\$ 105 bi), de aço (R\$ 100 bi) e de saúde (R\$ 39,5 bi). “Esse quadro altamente positivo mostra que a indústria brasileira está mais forte e vai contribuir cada vez mais com o crescimento sustentável da economia brasileira”, afirma Uallace Moreira, secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC. No segundo trimestre de 2024, a indústria registrou crescimento de 1,8% em relação ao trimestre anterior e de 3,9% sobre o mesmo período do ano passado.

Até o final de agosto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já havia aprovado R\$ 143,8 bi de financiamento para projetos ligados às seis missões da política industrial. No total, os investimentos previstos para a NIB tiveram acréscimo de R\$ 42,7 bi, chegando agora a R\$ 342,7 bi. Os recursos adicionais, anunciados em agosto, virão de aportes da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que subiram de R\$ 40 bilhões para R\$ 51,6 bilhões, e de linhas de créditos do Banco do Nordeste (R\$ 16,7 bi) e do Banco da Amazônia (14,4 bi), novos parceiros da NIB.

Fabrcio Silveira, superintendente de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avalia que o reforço das linhas de crédito é um ponto positivo, mas que o ideal seria aumentar ainda mais os recursos da NIB. “Esperamos que vá um pouco além disso, mas foi muito positivo o fato de o governo ter começado a incluir os bancos regionais de desenvolvimento no programa”, afirma. Segundo ele, “é fundamental a mobilização de todas as instituições financeiras e de fomento brasileiras para esta agenda, garantindo maior coerência e coordenação das ações para o alcance das metas de neoindustrialização, inclusive ao nível regional”.



No evento sobre a Missão 2, representantes da indústria farmacêutica anunciaram investimentos privados no valor de R\$ 39,5 bi. Desse total, R\$ 33,5 bi, de 2024 a 2026, irão para pesquisa, inovação e ampliação e/ou modernização de fábricas. Os outros R\$ 6 bilhões irão para o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS/Santa Cruz e Fiocruz), para ampliar a oferta de vacinas e biofármacos. A produção estimada é de 120 milhões de frascos por ano, para atender prioritariamente às demandas da população brasileira por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

“Estamos agora na fase de aprimoramento das missões da NIB, com a definição das metas, das cadeias prioritárias e dos investimentos iniciais. Já fizemos os anúncios para as missões 2 [Saúde] e 4 [Transformação digital]. Nos próximos meses, detalharemos os planos para as demais missões: 1 [Agroindústria], 3 [Infraestrutura, saneamento e mobilidade], 5 [Transição energética] e 6 [Tecnologias de defesa]”, explica Moreira. Segundo ele, o governo pretende, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), ampliar o diálogo com o setor privado para compreender melhor os desafios de adensamento das cadeias produtivas.

Um evento com esse propósito foi realizado em Brasília no começo de agosto numa parceria entre a CNI e o MDIC. Na abertura do seminário “Políticas Industriais no Brasil e no Mundo”, o vice-presidente e titular do ministério, Geraldo Alckmin, ressaltou que a indústria é fundamental para o desenvolvimento social e econômico de um país, e que o governo federal retomou políticas de incentivo para alavancar o setor. “Não tem desenvolvimento social, econômico, ganho de renda, sair de renda média e ir para renda mais alta, salários de melhor valor, se não tiver indústria. A indústria agrega valor e está na ponta da vanguarda tecnológica”, disse ele.

Pesquisa encomendada pela CNI ao Instituto de Pesquisa da FSB Holding com 1.033 executivos que lideram empresas industriais de pequeno, médio e grande porte indica que 89% consideram importante ou muito importante o Brasil ter uma política industrial. Além disso, 76% dos entrevistados também consideram importante que a NIB tenha ações de incentivo à inovação. Questionados sobre subsídios às exportações, 71% afirmaram concordar em parte ou totalmente.



**“É MUITO POSITIVO O FATO DE O GOVERNO TER COMEÇADO A INCLUIR OS BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO NO PROGRAMA [NIB]”**

Fabrício Silveira  
(CNI)



## METAS DAS MISSÕES

Atualmente, o Brasil produz em torno de 45% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, materiais e outros insumos e tecnologias em saúde. As metas ajustadas para a Missão 2, anunciadas em agosto, preveem elevar essa produção a 50% até 2026, e a 70% até 2033. Além disso, o governo federal usará o poder de compra do SUS para alavancar o *Programa de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo* (PDP) e o *Programa de Desenvolvimento e Inovação local* (PDI) – que estão em fase de recebimento de propostas.

O potencial de uso do poder de compra para esses programas, segundo o Ministério da Saúde, é de R\$ 30 bilhões por ano. Durante o evento de agosto, o governo anunciou a estruturação de um Fundo de Investimento em Biotecnologia para impulsionar startups, com ênfase em soluções baseadas em ciência e tecnologias de alta complexidade, como a biotecnologia. O governo estima que o fundo deverá ter R\$ 250 milhões, com participação do BNDES, da Finep e de investidores privados.

Em relação à Missão 4, com foco em transformação digital, haverá investimento de R\$ 186,6 bilhões, entre recursos públicos e privados voltados para o avanço da indústria em setores como Internet das Coisas, inteligência artificial e Big Data. Destes, R\$ 42,2 bi já foram alocados pelo setor público e outros R\$ 58,7 bilhões serão

direcionados nos próximos meses. Já do lado do setor produtivo, os investimentos a serem anunciados somam R\$ 85,7 bilhões.

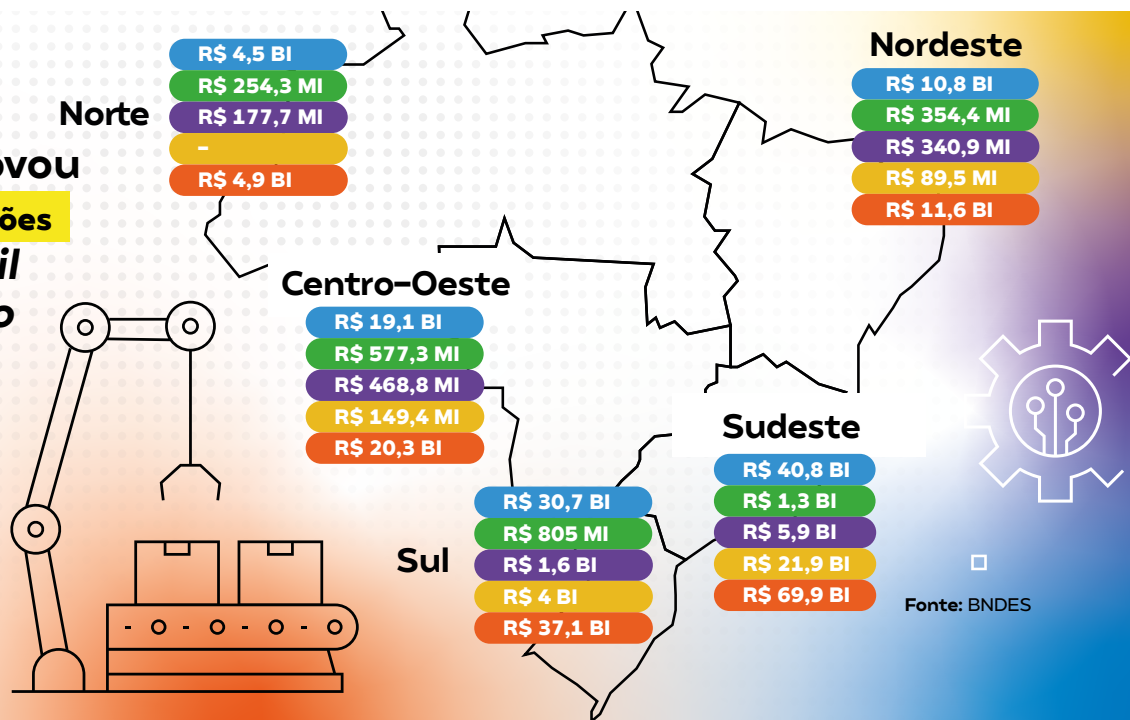
O principal objetivo dessa missão é transformar digitalmente 50% das empresas industriais brasileiras até 2033, com meta intermediária de 25% em 2026, assegurando que a participação da produção nacional triplique nos segmentos de tecnologias emergentes e disruptivas. Em 2023, o percentual de indústrias digitalizadas era de 18,9%. Os primeiros investimentos serão direcionados à fabricação de chips, fibras óticas e robôs, instalação de *datacenters* e computação em nuvem, otimização de processos industriais, telecomunicações, eletromobilidade, desenvolvimento de softwares e implantação de redes de infraestrutura, entre outras áreas.

O secretário Uallace Moreira, do MDIC, lembra que, além da NIB, há outros programas federais destinados ao setor industrial, como o programa nacional de Mobilidade Verde e Inovação (Mover), as novas regras para depreciação acelerada, Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD), o Regime Especial da Indústria Química (Reiq) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis). “Nosso objetivo é trabalhar fortemente para dar perenidade à NIB, transformando-a numa política de Estado, não apenas de governo, e transformando o *Plano Brasil Mais Produção* em um instrumento contínuo de financiamento do desenvolvimento industrial brasileiro”, defende o executivo.

## BNDES já aprovou R\$ 143,8 bilhões no Plano Brasil Mais Produção

Observação:  
Dados até 30 de agosto.

### EIXOS



Fonte: BNDES





Quase 45% da população brasileira não têm acesso a tratamento de esgoto, realidade que o Marco Legal do Saneamento Básico almeja mudar



# UM PLANO PARA ZERAR DOIS DÉFICITS

*Privatização da Sabesp consolida otimismo com a meta de universalizar, até 2033, o acesso a água potável e a coleta/tratamento de esgoto no Brasil*

Com a entrada em vigor do novo Marco Legal do Saneamento Básico, em 2020, o Brasil assumiu uma meta ambiciosa: universalizar, em uma década, o acesso aos serviços de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgoto. Atualmente, estima-se que 100 milhões de brasileiros não tenham acesso a coleta de esgoto — e ao menos 35 milhões não tenham sequer acesso a água tratada.

A meta é factível, na avaliação do diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Roberto Muniz. “O impacto do novo Marco Legal do Saneamento Básico é notório em 4 anos”, pontuou. “Precisamos que mais estados e municípios incorporem as conquistas e possibilidades que o marco legal trouxe para novos projetos de concessões, parcerias público-privadas (PPPs) e privatizações para que cada vez mais brasileiros tenham acesso a redes de coleta e tratamento de esgoto”, acrescenta Muniz.

Esse otimismo se consolidou com a desestatização da Companhia de Saneamento

Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Em 22 de junho de 2024, a privatização da companhia foi concluída numa operação que movimentou R\$ 14,8 bilhões.

A maior empresa de saneamento do país vai investir R\$ 260 bilhões até 2060, dos quais R\$ 69 bilhões serão aplicados até 2029, beneficiando, neste período, 10 milhões de pessoas com água potável, e tratamento e coleta de esgoto nos 371 municípios atendidos pela concessionária. O episódio, além de trazer mais segurança jurídica para novos investimentos no setor, abre um novo ciclo de leilões, segundo especialistas e empresários.

“Em 2022, o país investiu R\$ 22,5 bilhões, 30% a mais do que em 2021”, relata Roberto Muniz. “O ideal, porém, é que o montante de investimentos seja dobrado para algo em torno de R\$ 46 bilhões ao ano”, defende o diretor da CNI. Há espaço para isso: atualmente, apenas 15,8% dos municípios possuem saneamento administrado pela iniciativa privada (sozinha ou em parceria com empresas públicas).





## "PRECISAMOS QUE MAIS ESTADOS E MUNICÍPIOS INCORPOREM AS CONQUISTAS E POSSIBILIDADES QUE O MARCO LEGAL TROUXE"

Roberto Muniz  
(diretor de Relações Institucionais da CNI)

De meados de 2020 – quando entrou em vigor o Marco Legal do Saneamento Básico – até a data do leilão da Sabesp, foram realizados 45 leilões de concessão de água e esgoto em 598 municípios. Foram contratados em torno de R\$ 104 bilhões, entre investimentos e outorgas. Desse valor, R\$ 69 bilhões serão aplicados na construção e melhorias dos sistemas de água e esgoto.

Dados da Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), da qual Roberto Muniz foi presidente-executivo, mostram que esses leilões beneficiaram ao menos 32,4 milhões de pessoas, resultando na melhoria da saúde e da qualidade de vida e no desenvolvimento econômico e social dos municípios. Além disso, o número de empregos gerados pelas concessionárias privadas cresceu em 2022, com um saldo positivo de 9.400 novas contratações — um aumento de 4% no total da força de trabalho direta e terceirizada no setor.

### AMBIENTE DE SEGURANÇA

Apesar dos avanços, há mais passos a serem dados. O Instituto Trata Brasil considera que são necessários pelo menos R\$ 500 bilhões para universalizar o saneamento no país. Luana Pretto, presidente-executiva do Trata Brasil, vê desafios para melhorar os baixos índices de atendimento. Ela lembra que há 579 municípios à deriva, em que as companhias de saneamento não conseguiram comprovar a capacidade econômico-financeira, e eles precisam buscar urgentemente soluções.

“A solução seria unir municípios grandes e pequenos para que se ganhe escala, tanto do ponto de vista técnico e econômico quanto do de bacia hidrográfica”, propõe a executiva. “A gente precisa também de uma maior conscientização da população, exigindo o avanço desses serviços, cobrando tanto os investimentos quanto a melhoria nos indicadores ano a ano”, argumenta Luana.

DUAS PERGUNTAS PARA...

# CARLOS EDUARDO LIMA JORGE

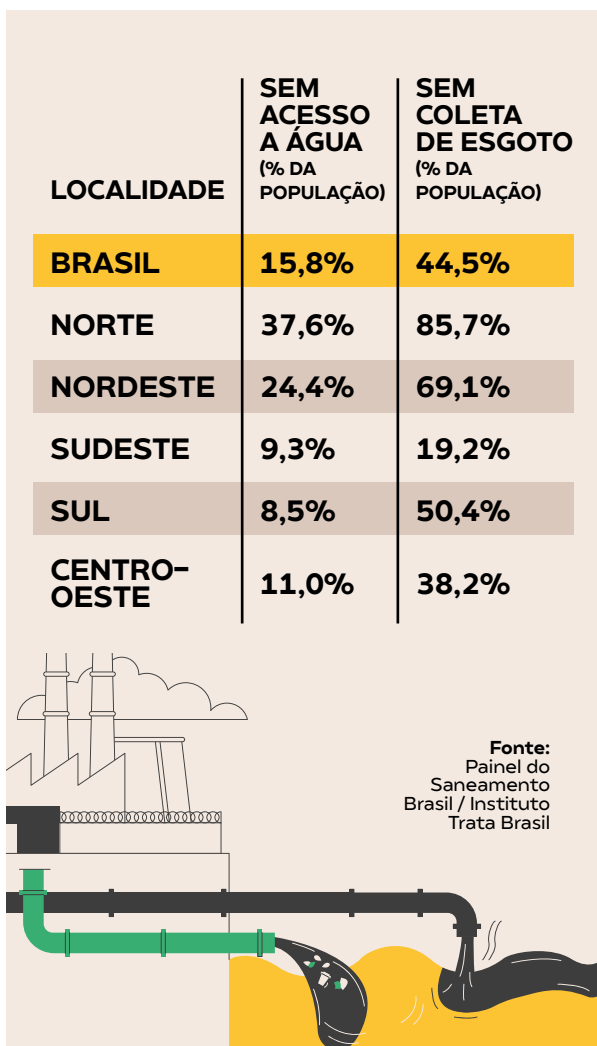
vice-presidente de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

## 0 A ENTRADA DA INICIATIVA PRIVADA NA GESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO VEIO PARA FICAR?

Há sinais claros de que sim. Não de forma isolada, mas de forma complementar aos investimentos das estatais. Percebe-se claramente que o setor vem conquistando protagonismo, até então muito ofuscado, na definição de políticas públicas, rompendo gradativamente as resistências da sociedade aos projetos de privatizações e concessões privadas. Isso ocorre devido aos resultados positivos na abrangência e na qualidade dos serviços prestados. Com mais segurança e equiparação de oportunidades, o setor privado vem respondendo de forma muito satisfatória aos investimentos em saneamento.

## 0 E QUANTO AO SETOR PÚBLICO?

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico vem avançando na sua competência para estabelecer normas de referência para as agências infranacionais, já tendo publicado cinco normas, até agora, que começam a ser incorporadas e seguidas regionalmente. E tem a desestatização da Sabesp, sem dúvida a maior companhia estatal dessa área no país. Tecnicamente, o governo paulista reduziu o percentual sob seu controle na Sabesp, de 50% para 18%. É claro que muito ainda tem que ser feito para que o Brasil finalmente supere essa vergonhosa dívida social no saneamento. A garantia da execução dos investimentos contratados, a incorporação nos projetos das mudanças climáticas, a melhor governança das entidades interfederativas e a manutenção da segurança jurídica conquistada com o Novo Marco Legal do Saneamento são desafios que estão colocados e que precisam ser enfrentados com firmeza por todos os agentes – públicos e privados – em favor da nossa sociedade.



## SAIBA MAIS

**O MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO:** A Lei nº 14.026/2020, que completou quatro anos de vigência em julho de 2024, reestruturou o setor ao estimular a concorrência (ampliando as possibilidades e garantindo maior segurança jurídica ao setor privado), induzir a regionalização como forma de assegurar escala e viabilidade econômica e buscar a uniformização das regras.





A vacinação está entre os diversos serviços de saúde disponibilizados pelo SESI a trabalhadores e seus dependentes



# SESI AMPLIA CUIDADOS COM TRABALHADORES

*SESI se alia à Global Healthy Workplace Awards & Summit e tem como meta tratar a saúde do trabalhador para além de questões ocupacionais*

**R**econhecido por desenvolver programas voltados à saúde e à segurança no trabalho, o Serviço Social da Indústria (SESI) se prepara para uma nova fase: cuidar da saúde dos trabalhadores de forma mais ampla, não só do aspecto ocupacional. Presente há quase oito décadas nas empresas brasileiras, o SESI atende a cerca de 60 mil estabelecimentos industriais, e seus programas beneficiam mais de 3 milhões de trabalhadores, número que chega a 6 milhões se contados os atendimentos indiretos.

“Levar saúde para além das questões ocupacionais é o que se coloca como desafio para nós nos próximos anos”, diz Emmanuel Lacerda, superintendente de Saúde e Segurança na Indústria do SESI.

Para alcançar esse objetivo, a entidade vai ampliar as linhas de atuação e diversificar os modelos dos programas de ação junto às indústrias. Um evento servirá como marco desse reposicionamento: a 12ª Global Healthy Workplace Awards & Summit (cúpula e prêmio global sobre ambiente de trabalho saudável), prevista para acontecer de 5 a 7 de novembro, em Brasília. “Para o SESI, se associar a um movimento como o do Global Workplace, que premia e reconhece as melhores práticas globais, é bastante estratégico”, diz Lacerda.

## RESULTADOS DO SESI



**6.593.009**  
pessoas beneficiadas em segurança e saúde no trabalho



**2.757.923**  
pessoas atendidas em serviços de promoção da saúde



**63.279**  
empresas atendidas em serviços de segurança e saúde



**804.522**  
vacinas aplicadas em trabalhadores e seus dependentes

## TAMANHO DO SESI



**2.648** municípios atendidos



**457** escolas



**462** unidades móveis



**315** centros de promoção à saúde



**216** centros de saúde e segurança no trabalho



**46.470** empregados



**R\$ 12,3** bilhões em receita total

Fonte: SESI/Relatório de Gestão 2023



Emmanuel Lacerda (SESI) argumenta que a associação entre a entidade brasileira e a Global Workplace é estratégica e tende a beneficiar empresas e trabalhadores

O Global Centre for Healthy Workplaces (GCHW) surgiu para apoiar o avanço da saúde e do bem-estar no ambiente de trabalho por meio de uma série de iniciativas. A instituição busca criar uma experiência de trabalho mais saudável e produtiva para todos os empregadores e funcionários – independentemente do tamanho ou da localização geográfica das empresas. Criado em 2012, o GCHW é copropriedade da i-genius Limited (com sede no Reino Unido) e da International Health Consulting (com sede nos EUA).

Esta será a segunda vez que o Brasil sedia o evento. Como finalistas em programas exemplares de saúde no trabalho, há grandes empresas locais ou multinacionais de Índia, Singapura, Alemanha e Brasil – representado pela Petrobras.

“Ter uma empresa local como finalista é muito relevante”, reforça Emmanuel Lacerda. “Isso acaba sendo um disseminador de melhores práticas para gestores de saúde de empresas de todo o mundo e põe o SESI como ponto focal de difusão desse conhecimento junto às empresas brasileiras”, diz ele.

## FOCOS E PERSPECTIVAS

As iniciativas e os planos do SESI para colocar em prática seu reposicionamento estratégico estão detalhados no Mapa Estratégico Sistêmico 2022-2027. Dezoito objetivos estão dispostos em seis focos de atuação e quatro perspectivas, englobando todos os níveis organizacionais.

Como processo interno, o documento prevê, por exemplo, a ampliação do atendimento – seja expandindo-o às indústrias com foco na saúde e na segurança, seja levando-o à sociedade por meio de ações educativas. Outra iniciativa prevista é o fortalecimento da gestão integrada da saúde e da segurança no trabalho por meio da inovação, necessária num momento em que o ambiente de trabalho tem sido tão impactado pela tecnologia.

“As novas tecnologias, num primeiro plano, são habilitadoras de uma melhor gestão da saúde”, defende Emmanuel Lacerda.

Ele entende que o uso de tecnologia pode levar a um acesso à saúde melhor e mais democrático. “A telessaúde, por exemplo, possibilita levar serviços a trabalhadores que, por algum motivo, podem ter alguma dificuldade de acesso, seja por estarem em áreas remotas ou em vazios assistenciais”, explica.

Atualmente, o SESI disponibiliza para as indústrias novas soluções tecnológicas e produtos digitais em saúde e segurança no trabalho. Para tanto, a instituição conta com centros de inovação e estabelece parcerias com empresas de referência.

O número de trabalhadores que utilizam a plataforma de saúde e segurança SESI Viva+ bateu a meta prevista para 2023, que era de 1,8 milhão, chegando a 2,1 milhões de usuários. Esse resultado foi possível graças à ampliação do portfólio de soluções tecnológicas e de produtos digitais desenvolvidos ou aprimorados para atendimento aos trabalhadores.



## Lições da 11ª Global Healthy Workplace Awards & Summit

(realizada em Northamptonshire, Reino Unido, em 2023)



O estilo de liderança de gestores tem impacto sobre o bem-estar dos funcionários



As causas mais comuns de problemas de saúde relacionados com o trabalho são estresse, depressão e ansiedade



Com o uso de inteligência artificial (IA), salvaguardas apropriadas precisam ser implementadas para proteger direitos dos trabalhadores e oportunidades



Embora a IA possa ter um efeito positivo sobre a qualidade do emprego, parcela crescente dos usuários de IA se preocupa com sua privacidade



Cada vez mais se pede aos empregadores que apresentem relatórios sobre saúde e bem-estar como parte de seus relatórios ESG



Um número crescente de investidores acredita que proteger e promover boa saúde no ambiente de trabalho é um imperativo empresarial



Os funcionários exigem espaços de trabalho que promovam o bem-estar e oportunizem interações sociais



# CARREIRAS MAIS CONECTADAS

*Nova plataforma do IEL conecta estudantes, instituições de ensino e empresas de todo o Brasil*



## SARAH SALDANHA

Gerente de Carreiras e Desenvolvimento Empresarial do IEL

O Programa IEL de Estágios já ajudou mais de 1,5 milhão de estudantes a encontrarem a oportunidade ideal. Só no primeiro semestre de 2024, a rede inseriu mais de 50 mil estagiários no mercado de trabalho e, há pouco mais de um mês, lançou uma novidade capaz de facilitar ainda mais a vida de quem está dando os primeiros passos em uma profissão. Trata-se de uma plataforma para conectar estudantes, instituições de ensino e empresas: o IEL Carreiras.

A ferramenta concentra, em um só ambiente, vagas de estágio de todo o Brasil. Há filtros – por estado, curso, modalidade e tipo de vaga – que facilitam a busca pela melhor oportunidade. As empresas, por sua vez, têm acesso a um banco nacional de candidatos, que também contará com a função de filtros.

“Tudo se torna padronizado, independentemente da região. Além disso, todos os dados regionais estão mais acessíveis. Com um clique, temos informações de abrangência nacional”, explica Paulo Mól, superintendente do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

O principal intuito da nova ferramenta é auxiliar a formação da liderança do futuro, segundo Sarah Saldanha, gerente de Carreiras e Desenvolvimento Empresarial do IEL, que acompanhou a plataforma desde a concepção até o lançamento. “Por estarmos conectados com a indústria, conhecemos as necessidades e podemos dar apoio nessa tripla conexão”, diz ela.

## CONEXÃO IEL-MIT

O Programa IEL Educação Executiva Global levou 45 executivos brasileiros para uma imersão no prestigiado Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Boston, nos Estados Unidos. O programa é destinado a gestores e atores estratégicos do ecossistema de negócios brasileiro que buscam desenvolver competências e ampliar a integração com mercados internacionais. Além de gerar novos conhecimentos, conexões, redes, alianças, ideias e projetos, os participantes tiveram, ao final, uma visão mais aprofundada sobre as diversas temáticas. Um dos participantes da imersão, Flavio Santana Rassi (Concreposte, de Goiás) considera que essa “é uma oportunidade ímpar de adquirir *insights* estratégicos e estar em contato direto com o que há de mais avançado em termos de inovação, tecnologia e gestão”.



# REVISTA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Publicação Trimestral da Confederação Nacional da Indústria - CNI  
www.cni.com.br

## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

CNI

### DIRETORIA

#### PRESIDENTE

Antonio Ricardo Alvarez Alban

#### VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Josue Christiano Gomes da Silva; Jose Ricardo Montenegro Cavalcante; Jamal Jorge Bittar; Antonio Carlos da Silva Gilberto Porcello Petry

#### VICE-PRESIDENTES

Eduardo Eugenio Gouvea Vieira; Mario Cezar de Aguiar; Carlos Valter Martins Pedro; Ricardo Essinger; Flavio Roscoe Nogueira; Silvio Cezar Pereira Rangel; Amaro Sales de Araujo; Marcelo Thome da Silva de Almeida; José Carlos Lyra de Andrade; Sergio Marcolino Longen; Jose Conrado Azevedo Santos e Leonardo Souza Rogerio de Castro

#### 1ª DIRETORA FINANCEIRA

Cristhine Samorini

#### 2º DIRETOR FINANCEIRO

Eduardo Prado de Oliveira

#### 3º DIRETOR FINANCEIRO

Francisco de Assis Benevides Gadelha

#### 1º DIRETOR SECRETÁRIO

Sandro da Mabel Antonio Scodro

#### 2º DIRETOR SECRETÁRIO

Edilson Baldez das Neves

#### 3º DIRETOR SECRETÁRIO

Roberto Magno Martins Pires

#### DIRETORES

Antonio Jose de Moraes Souza Filho; Izabel Cristina Ferreira Itikawa; José Adriano Ribeiro da Silva; Luiz Cesio de Souza Caetano Alves; Jorge Alberto Vieira Studart Gomes; Roberto Pinto Serquiz Elias; José Henrique Nunes Barreto; Paulo Afonso Ferreira; Gilberto Ribeiro; Jandir Jose Milan; Gilberto Seleme; Alessandro Jose Rios de Carvalho; Jorge Wicks Corte Real; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Edson Luiz Campagnolo

### CONSELHO FISCAL

#### MEMBROS TITULARES

Hilton Moraes Lima; Fernando Cirino Gurgel; José da Silva Nogueira Filho

#### MEMBROS SUPLENTE

Clerlanio Fernandes de Holanda; Francisco de Sales Alencar; Edmilson Matos Cândido

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

CNI/SESI/SENAI/IEL

#### DIRETORA

Ana Maria Curado

#### SUPERINTENDENTE DE JORNALISMO INTERINO

Rafael Monaco Floriano

## DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO

FSB COMUNICAÇÃO

#### CONSULTOR EDITORIAL

Wladimir Gramacho

#### REPORTAGEM

Vivaldo de Sousa e Renato Ferraz

#### ASSISTENTE DE EDIÇÃO

Victor Gomes

#### REVISÃO DE TEXTO

Renata Portella

#### PROJETO GRÁFICO

Guto Rodrigues



(61) 3317-9927  
imprensa@cni.com.br



autorizada a reprodução  
desde que citada a fonte

A INDÚSTRIA

**CRIA**

GERANDO  
EMPREGOS



TRAZENDO  
**MAIS**  
DESENVOLVIMENTO



SAIBA MAIS EM  
[WWW.AINDUSTRIACRIA.COM.BR](http://WWW.AINDUSTRIACRIA.COM.BR)

A INDÚSTRIA CRIA. A INDÚSTRIA É MAIS.

Sistema  
**INDÚSTRIA**